

OS ARTIGOS DE ESMALCALDE: UM TESTEMUNHO TEOLÓGICO DO PASTOR MARTINHO LUTERO

THE SMALCALD ARTICLES: A THEOLOGICAL TESTIMONY
OF PASTOR MARTIN LUTHER

Silvio Adolfo Donat¹

Clóvis Jair Prunzel²

Resumo: O objetivo deste trabalho será analisar os principais tópicos da teologia de Lutero expressos nos Artigos de Esmalcalde e seu impacto sobre os autores da Fórmula de Concórdia, e a relevância desses tópicos na Igreja Confessional Luterana de hoje. A metodologia deste ensaio é qualitativa e seus objetivos são de natureza exploratória. O procedimento de pesquisa técnica utilizado foi a pesquisa bibliográfica. Os resultados do trabalho mostram que os Artigos de Esmalcalde têm uma forte formação pastoral e são de grande ajuda para orientar as congregações em seu trabalho e serviço.

Palavras-chave: Artigos de Esmalcalde. Lutero. Justificação pela fé. Cuidado Pastoral.

Resumen: El objetivo de este trabajo será analizar los principales tópicos de la teología de Lutero expresados en los Artículos de Esmalcalda y

1 Bacharel em Teologia, Seminário Concórdia, Buenos Aires (2008). Pastor da Igreja Evangélica Luterana da Argentina.

2 Bacharel em Teologia, Seminário Concórdia, São Leopoldo (1991). Mestrado em Teologia, Seminário Concórdia (1997). Doutorado em Teologia Sistemática, Concordia Theological Seminary, Fort Wayne, EUA (2014).

su impacto sobre los autores de la Formula de Concordia, y la relevancia de estos tópicos en la iglesia Luterana Confesional de nuestros días. La metodología de este ensayo es cualitativa y sus objetivos son de naturaleza exploratoria. El procedimiento de investigación técnica utilizado fue la investigación bibliográfica. Los resultados del trabajo demuestran que los Artículos de Esmalcalda tienen un fuerte transfondo pastoral y son de gran ayuda para orientar a las congregaciones em su trabajo y servicio.

Palabras clave: Artículos de Esmalchalde. Luther. La justificación por la fe. Atención pastoral.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, se estudará a importância dos Artigos de Esmalcalde no luteranismo confessional. Será analisado como isso influenciou os confesores da Fórmula da Concórdia e a importância de sua teologia até hoje.

Em primeiro lugar, se realizará uma breve introdução histórica aos Artigos de Esmalcalde (AE). É considerado importante fazer isso porque o contexto é relevante dentro da escrita. Em segundo lugar, será resumido o esboço teológico e o conteúdo dos AE, considerados pelo próprio Lutero como um testemunho teológico. Terceiro, será analisado o uso que os teólogos da Fórmula da Concórdia fizeram dos AE. Por fim, como conclusão, será apresentada uma reflexão sobre os eixos teológicos centrais dos AE e como eles podem orientar a igreja e a pastoral no mundo de hoje.

OS ARTIGOS DE ESMALCALDE

Como pastor, fiz questão de revisar os AE várias vezes, mas sempre havia outras prioridades na agenda. Lembro que na primeira vez que os li – ainda como estudante de teologia – percebi um Lutero muito zangado com o papa. Confesso que nunca os estudei tão de perto como os Catecismos, a Confissão de Augsburgo e a Fórmula de Concórdia. Mas, aparentemente, não fui o único a fazer isso: Russell fala de alguma negligência acadêmica

em relação aos AE e sugere alguns fatores³ pelos quais eles não foram estudados com tanta frequência quanto outros escritos confessionais.

O que são Artigos de Esmalcalde? Uma confissão escrita para um concílio que nunca aconteceu? Uma crítica à igreja medieval ou ao papado? Um testamento? Uma confissão? Entendo que eles são tudo isso. Hagen os define como “um testemunho teológico de Lutero” (1987, p.247). O contexto histórico e a delicada saúde de Lutero desempenharam um papel importante na sua escrita, dando-lhe a marca de um testamento, escrito em tom polêmico e conciso, profundo e pessoal (RUSSELL, 1995, p.19). O subtítulo desses artigos no *Livro de Concórdia* se constitui como “Artigos da Doutrina Cristã” (AE), e os confessores, na Declaração Sólida da Fórmula de Concórdia, os descrevem como “Artigos [nos quais] a doutrina da Confissão de Augsburgo e alguns ensinamentos são explicados mais extensivamente com provas alusivas da palavra de Deus [...]” (FCDS, 7).

É necessário analisar os AE dentro de seu quadro histórico, uma vez que há muitas referências ao contexto, tanto no prefácio de Lutero em 1538, quanto nos próprios Artigos. Omitir o contexto histórico não é apropriado, porque os AE são uma confissão de fé em uma situação histórica específica.

A década de 1530 foi frutífera para o movimento da Reforma Protestante, com muitos adeptos aderindo à causa de Wittenberg. Mas junto com este crescimento também surgiram várias interpretações e cismas relativos aos ensinamentos de Lutero entre os adeptos da Confissão de Augsburgo. Uma confissão do reformador era necessária para manter a unidade política e confessional na igreja. Lutero já havia escrito um testamento teológico e um esboço para um possível concílio eclesial em 1528,⁴ sem que adquirisse

3 “As razões para esta situação não são óbvias, embora possam ser apresentadas algumas explicações plausíveis. Primeiro, o fato de que os AE foram escritos relativamente tarde na carreira de Lutero tendeu a desviar a atenção acadêmica [...] um segundo fator [...] está incluído entre os escritos confessionais no Livro de Concórdia. Isso ocorre porque os escritos confessionais individuais tendem a ser subordinados em ‘Teologias das confissões luteranas’ [...] Um terceiro fator [...] [é que] sua escrita e subsequente ascensão ao status confessional ocorreram sem um evento público específico e facilmente identificável. Por exemplo, ao contrário de outros documentos denominacionais do luteranismo, os AE não têm uma data formal e geralmente reconhecida para sua composição, apresentação ou adoção [...] Um quarto fator [...] é que os AE são ‘muito luteranos’ (RUSSELL, 1995, p.27-31).

4 Em 1528, ele estruturou sua confissão de despedida de acordo com o Credo, em três artigos. O primeiro confessa brevemente a Trindade contra os antigos hereges. O segundo não trata apenas da pessoa e obra de Cristo, mas também aborda o pecado original, a escravidão da vontade, os

caráter confessional. O medo de Lutero e do príncipe João Frederico era que, após a morte do reformador – apesar dessa confissão – alguns deturpassem seus pontos de vista. Assim, os dois concordaram que era necessário algum tipo de resumo do ensino luterano, incorporado em um documento confessional (HAGEN, 1987, p.246).

No final do outono de 1535, o papa enviou um emissário à Alemanha concedendo aos luteranos os pedidos de um concílio geral, que se reuniria em Mântua em 8 de maio de 1537. Os príncipes eleitores e teólogos levaram esse apelo ao concílio com grande cautela, pois a bula papal declarou expressamente que o propósito do concílio seria a “extirpação total da heresia luterana”. Mas eles estavam dispostos a participar do concílio, porque era um desejo desde o início da Reforma. Quando questionado pelo emissário papal se estava pronto ou não para comparecer, o próprio Lutero disse: “Certamente, meu senhor, com a cabeça e o pescoço” (RUSSELL, 1995, p.18). No entanto, o concílio foi adiado e, finalmente, foi realizado em Trento a partir do ano de 1545.

Kolb apresenta um excelente resumo da situação histórico-política em torno dos AE. O eleitor João Frederico acreditava que era inútil para os evangélicos participarem de um concílio dominado pelo Papa. Ainda assim, ele pensou que seria uma boa ideia o reformador escrever uma declaração pessoal de fé que pudesse ser usada como um documento confessional para um concílio e posteridade. A Universidade de Wittenberg não apoiou esta ideia, mas o eleitor insistiu que Lutero escrevesse uma declaração de fé. Portanto, João Frederico providenciou para que o reformador se reunisse com um pequeno grupo de teólogos em Wittenberg no final de 1536 com o propósito de redigir uma confissão de fé. Lutero fez isso; ele convidou Nikolaus von Amsdorf, Johann Agricola e Georg Spalatin, e seus colegas de Wittenberg, Philip Melanchthon, Justus Jonas, Caspar

abusos da piedade medieval que desviam a atenção de Cristo e a estrutura dada por Deus para uma vida humana adequada no lar, na igreja e na sociedade. O terceiro artigo confessa a fé de Lutero no Espírito Santo e seu dom da fé por meio da proclamação do evangelho, do batismo e da Ceia do Senhor, como “meios” ou “caminhos” para se aproximar de seu povo, aplicando os sofrimentos de Cristo para eles e trazendo a salvação e seus frutos. Ele seguiu o Credo confessando sua crença de que o Espírito Santo trabalha na igreja e por meio dela. A confissão termina com uma conclusão sobre os abusos relacionados com as indulgências, o purgatório, a invocação dos santos, a identificação do casamento e da ordenação como sacramentos, a missa e outros aspectos da vida da igreja medieval” (ARAND, 2012, p.146).

Cruciger e Johannes Bugenhagen para se juntarem a ele na redação dos artigos. Estes colaboraram como consultores e não coautores. Após um debate sobre tópicos específicos dentro desse grupo, surgiram os Artigos de Esmalcalde (KOLB, 1988, p.116). O eleitor fez com que o documento fosse levado a uma reunião dos príncipes eleitores protestantes na cidade de Esmalcalde, em fevereiro de 1537, para ser aprovado como uma confissão de fé evangélica comum. Os artigos não foram oficialmente aprovados pela Liga Esmalcalde, embora tenham sido subscritos pela maioria dos teólogos presentes. Posteriormente, Lutero os publicou por conta própria em 1538 (RUSSELL, 1995, p.23).

Outro fator importante nos AE foi a saúde de Lutero. O reformador ficou doente em meados da década de 1530. Ele tinha um resfriado crônico, um zumbido nos ouvidos, e sua vida também estava em perigo devido ao delicado estado de seu coração e uma pedra nos rins. Essa pedra – como Lutero a chamou – quase o levou à morte nos dias em que escreveu os AE, pois a uretra havia ficado obstruída. Então ele foi capaz de expulsar a pedra, e assim se recuperar e retornar à sua rotina. Essa proximidade da morte torna os artigos um verdadeiro testemunho confessional para a posteridade (AE). Esse “testamento foi projetado para expressar claramente o coração da teologia do reformador” (RUSSELL, 1995, p.24).

Para entender os AE completamente, não podemos ignorar quem foi Lutero. Parece óbvio – dispensa apresentações – mas é bom observar a que o reformador dedicou sua vida em suas últimas décadas. Ao descrever a atividade de Lutero em seus últimos anos de vida, Edwards menciona uma agenda muito ocupada, onde o trabalho pastoral esteve muito presente:

Em 1535, [Lutero] tornou-se reitor da universidade, cargo que ocupou pelo resto de sua vida. Ele passou muitas horas treinando alunos para o ministério e colocando-os em paróquias. Ele também serviu em sua universidade e em sua congregação como pastor e pregador. [...] é evidente que o velho Lutero se manteve intensamente envolvido nas atividades acadêmicas, pastorais e familiares (1984, p.125-126).

Quem também vê um pastor preocupado com sua igreja nos AE é Kolb:

Não é de se estranhar que tinha havido muito apoio entre os membros da Liga Esmalcalde para usar os Artigos de Esmalcalde como uma declaração evangélica para apresentar ao conselho papal. Não foi uma declaração doutrinária sofisticada. Suas afirmações simples do cerne da fé bíblica e sua orientação para um bom cuidado pastoral não atendiam ao padrão do que muitos pensavam para uma boa deliberação e decisão teológica (1988, p.115).

Por trás desse “testemunho e confissão” está um pastor preocupado com sua igreja. O próprio Lutero expressa isso no prefácio, acusando os romanos de abandonarem as igrejas em território alemão, enquanto as igrejas da reforma “agora estão iluminadas e providas pela graça de Deus da palavra pura e do uso correto dos sacramentos, com o conhecimento de todos os estados, e com boas obras” (AE, Prefácio, 10). Esta preocupação pastoral também se reflete na segunda e terceira partes dos AE na maneira como tratam as questões práticas da vida da igreja. O cuidado pastoral está no coração, ou – como se diz em português – no “cerne” dos Artigos de Esmalcalde. Lutero, como pastor fiel, conduz seu rebanho ao cuidado e à misericordiosa providência oferecida em Cristo, o pastor dos pastores, a quem o rebanho ouve (AE).

CONTEÚDO TEOLÓGICO DOS ARTIGOS DE ESMALCALDE

Os AE não são tão formais quanto a Confissão de Augsburgo ou a Fórmula de Concórdia. Eles foram escritos em um tom mais prático do que teórico, as experiências de vida de Lutero abundam em seus parágrafos (KOLB, 1988, p.120). A estrutura do documento consiste em três partes principais:

Primeira parte: trata dos artigos elevados (3) da majestade divina. Isso não era motivo de discórdia, nem objeto de discussão. Aqui Lutero lembra que não está trazendo uma nova heresia, mas que pertence ao cristianismo de todos os tempos, aderindo aos símbolos ecumênicos, como faz a Augustana.

Segunda parte: diz respeito aos artigos (4) relativos ao ofício e obra de Jesus Cristo ou à nossa redenção. “Partir deste artigo ou fazer concessões não é possível, mesmo que o céu e a terra afundem [...] Neste artigo repousa tudo o que ensinamos e vivemos, em oposição ao papa, ao

diabo e ao mundo” (AE, Artigo I, 5). O tema principal desta parte pode ser resumido em ‘Somente Cristo’. Por meio de uma crítica muito marcante contra a Missa e seus derivados, ele ensina seus seguidores a avaliar todos os ensinamentos e práticas à luz do fato fundamental da salvação do pecador: que “Jesus Cristo, nosso Deus e Senhor” foi morto por nossos pecados e ressuscitou para nossa justificação (KOLB, 1988, p.128).

Terceira parte: consiste em artigos (15) que, segundo o próprio Lutero, “podem ser tratados com pessoas instruídas, sensatos ou entre nós mesmos” (AE, Terceira Parte). Mas o reformador, apesar de ter dito acima, não estava disposto a fazer grandes concessões: “Estes são os artigos que devo obedecer e cumprirei até minha morte, se Deus quiser, e não sei o que posso modificar ou ceder sobre eles. Se alguém quer ceder algo, que o faça de acordo com sua própria consciência” (AE, Em relação às ordenanças humanas, 3). Nesta terceira parte, Lutero mostra a aplicação prática das partes I e II (RUSSELL, 1995, p.50). Além disso, ele continua a denunciar os erros da teologia medieval e a refutá-los com a Palavra de Deus. Por outro lado, refere-se constantemente ao “artigo primeiro e principal”, aplicando o perdão de Cristo à vida do crente e à igreja. “Sua pressuposição de dois tipos de justiça fundamenta grande parte de sua discussão” (KOLB, 2006, p.186). Nessa seção, Lutero “fornece à posteridade um breve catálogo do que considerava os aspectos mais importantes da vida cristã: a palavra, os sacramentos, a igreja (RUSSELL, 1995, p.114). Finalmente, Kolb acrescenta:

A preocupação pastoral de Lutero é notável em toda a terceira parte dos AE. Esta terceira seção equivale a uma discussão sobre a piedade dos fiéis e a melhor forma de exercer a pastoral entre eles. A Reforma de Lutero fez um apelo eficaz ao público alemão porque abordou a crise do cuidado pastoral que o final do período medieval havia produzido. Nos Artigos de Esmalcalde, Lutero atuou como sempre, construindo aquela ponte entre a Palavra de Deus e as necessidades de seu povo. A segunda parte completa de seus artigos foi tratada por este discurso pastoral atendendo à necessidade espiritual, e esse tom continua enquanto Lutero se volta para questões relacionadas (1988, p.128).

Em relação ao conteúdo dos AE, em geral, não há grandes inovações teológicas, embora haja definições que foram registradas na história da teologia luterana; tais como que a igreja consiste nas ovelhas que ouvem

o pastor (AE, Sobre a Igreja, 2), que o papa é o anticristo (AE, Artigo IV, 10) ou que o Espírito Santo não vem sem a palavra e os sacramentos (AE, Sobre a confissão, 10). A escassez de grandes postulados teológicos nos AE está de acordo com a natureza tradicional dos documentos confessionais. São elaborados de forma que seu conteúdo esteja em continuidade com as expressões dogmáticas anteriores. Destinam-se a dizer algo, de forma organizada e abreviada, que já foi dito anteriormente de várias maneiras (RUSSELL, 1995, p.45).

Na próxima seção, serão analisadas as questões teológicas mais proeminentes dos AE. Uma análise completa e aprofundada da teologia dos AE exigiria um trabalho exclusivo;⁵ nesta pesquisa serão apresentadas apenas quatro: as Sagradas Escrituras, *solus Christus*, lei e evangelho e eclesiologia.

As Sagradas Escrituras

A Palavra de Deus não aparece como tema teológico exclusivo dentro dos AE e nem dentro das confissões. Lutero e os outros confesores nunca desenvolveram um tópico sobre as Sagradas Escrituras, mas eles fizeram teologia a partir da Palavra. As Escrituras estavam acima da tradição e dos pais. Isso está claramente expresso nos AE: “a palavra de Deus deve estabelecer os artigos de fé e ninguém mais, nem mesmo um anjo” (AE, Artigo II, 15). As citações bíblicas abundam nos AE, como base para apoiar os argumentos dos diferentes artigos. Isso é evidente especialmente no artigo “primeiro e principal”, onde Lutero explica a obra ou ofício de Jesus Cristo usando apenas citações bíblicas (AE, Artigo I, 1-5).

A Palavra de Deus nunca foi vista pelos confesores como um conjunto ou série de doutrinas, mas como um único corpo. Tem diferentes “membros”, que a maioria dos luteranos do século 16 não chamava de “doutrinas” no plural, como fazemos hoje, mas “artigos de fé”. Quando aparecem em documentos confessionais e “temas” ou “*loci*” (lugares comuns) dentro de tratados dogmáticos, são formulados como projeções

5 Para ver uma abordagem mais ampla dos tópicos teológicos dos Artigos de Esmalcalde, recomendo a leitura: *Luther's Smalcald Articles: Agenda for Testimony and Confession* (KOLB, 1988, p.122-135).

do ensino bíblico em face dos desafios do mundo (KOLB, 1988, p.119). O que eles confessaram foi apenas um eco das Escrituras, e foram as próprias Escrituras que estabeleceram a estrutura para as confissões.

Nesse sentido, a teologia de nossos dias perdeu muito terreno, como analisa Hagen. Segundo este autor, para alguns (poucos) a teologia ainda está aliada à “Escritura Sagrada”, mas para muitos (a maioria), aliou-se na era moderna à filosofia, psicologia, sociologia e política; em outras palavras, a teologia se torna uma série de estudos interdisciplinares nas ciências humanas. A teologia é uma ciência com uma infinidade de aliados, tem muitos amigos. Mas você tem inimigos? Para Lutero, se a teologia for fiel à sua disciplina da Escritura Sagrada, terá vários inimigos; as forças demoníacas se agitarão. Para o reformador, a teologia está envolvida em uma batalha cósmica no mundo, portanto, não se envolve em conversas interdisciplinares amigáveis; ela fala por Deus na arena pública. Os inimigos da teologia são inimigos de Deus (1987, p. 250). É essa visão das Escrituras que torna os AE tão confrontadora e polêmica em relação aos papistas, sacramentários e “Schwärmer” (entusiastas).

Solus christus

Assim como o segundo artigo do credo e sua explicação são o cerne do catecismo menor, o artigo “concernente ao ofício e obra de Jesus Cristo e nossa redenção” é o centro teológico dos AE. Cristo, o Evangelho, a remissão dos pecados, são a base sobre a qual todos os artigos da segunda e terceira partes são construídos, por isso Lutero o chama de “primeiro e principal”. “Neste artigo repousa tudo o que ensinamos e vivemos, em oposição ao Papa, ao diabo e ao mundo” (AE, Artigo I, 5). E, por sua vez, não se baseia em especulações ou deduções racionais ou humanas, mas na revelação de Deus. Nos AE, tanto a revelação quanto a justificação ocorrem sem a colaboração ou participação do homem; tudo vem pela graça de Deus. Para Lutero, a justificação é tão *ex nihilo* quanto a criação (HAGEN, 1987, p.248). A justificação pela fé é um axioma indiscutível em toda teologia luterana, “qualquer teologia que violasse esta condição *sine qua non* da mensagem da Igreja estava sujeita à acusação de ser rotulada por Lutero como “anticristã” (RUSSELL, 1995, p.95).

Aqui também devemos falar de justiça ativa e passiva. Deus é o sujeito que executa a justificação; nessa justiça, o homem é passivo. Lutero define claramente a justificação pela fé no seguinte parágrafo:

Visto que é preciso crer, sem que seja possível realizá-lo ou compreendê-lo por obras, leis ou méritos, é claro e certo que só essa fé nos justifica como diz São Paulo em Romanos 3, 28: “Concluímos, então, que o homem é justificado pela fé, sem as obras da lei”. Da mesma forma: “Para que seja justo e o justificador daquele que tem fé em Jesus (Rm 3.26)” (AE, Artigo I, 4).

Mas o cristão, mesmo sendo pecador, não se deixa dominar pelo pecado, mas o Espírito e a fé produzem nele todo tipo de boas obras. Essa é a justiça ativa, que não interfere em nossa relação com Deus, mas com o mundo e com o próximo. Todas as boas obras (justiça ativa) são consequência da justiça passiva e, portanto, não têm mérito, mas o cristão deverá se gloriar no Senhor (AE, Como alguém é justificado diante de Deus e sobre as boas obras, 1-3).

Lei e evangelho

O pecado original não só causa todos os tipos de males, mas também cega a razão e a natureza humana, de modo que o homem não consegue entender sua situação perdida diante de Deus e está constantemente tentando se salvar por meio de obras ou coação (AE, Sobre o pecado, 3). O ser humano só chega ao conhecimento deste estado decaído e deplorável por meio da revelação da lei nas Escrituras. “A principal função ou virtude da lei é revelar o pecado original com os frutos e tudo mais e mostrar ao homem quão profunda e abissalmente sua natureza caiu e está corrompida” (AE, Sobre a lei, 4). A lei é apresentada nos AE como o raio e o martelo de Deus que conduzem à contrição passiva, que não é obra humana, mas do Espírito Santo (AE, Sobre o arrependimento, 2). Portanto, a lei é o meio pelo qual Deus revela ao ser humano o estado de perdido e condenado, fornecendo “o contexto para o ato salvífico de Deus em Cristo” (RUSSELL, 1995, p.75). Lutero dedica uma seção inteira para criticar o falso arrependimento dos papistas, porque na prática e nas prescrições para a vida de

arrependimento sob o papado “não havia menção de Cristo e da fé. Pelo contrário, os homens esperavam que suas próprias obras irão superar e apagar seus pecados diante de Deus” (KOLB, 1988, p.131).

A lei sozinha é morte, raiva e leva ao desespero. É por isso que é essencial que junto com a lei a promessa da graça seja proclamada e acreditada. A mensagem salvadora do evangelho é oferecida apenas por meio da graça. Tudo o que se revela fora da Palavra e dos sacramentos vem do diabo (AE, Sobre a confissão, 10). Russell observa corretamente que “o evangelho é, [para Lutero], algo ativo e dinâmico. Não é a mera transmissão de ideias de um intelecto para outro [...] é algo que ‘se faz’ ou ‘acontece’ na vida do crente” (1995, p.97). Essa dinâmica da lei (que leva ao arrependimento) e do evangelho (salvação) não é algo que acontece apenas na conversão de uma pessoa, sendo que “esse arrependimento dura entre os cristãos até a morte, pois luta com os pecados remanescentes na carne ao longo da vida” (AE, Sobre o falso arrependimento dos papistas, 40). Há menção indireta ao terceiro uso da lei, quando se afirma que a fé sem as obras é falsa (AE, Como alguém é justificado diante de Deus e sobre as boas obras, 2).

Em nenhum lugar dos AE lei e evangelho são tratados como um ponto específico, mas, sim, como a lente através da qual Lutero interpreta a Palavra e a aplica em seu trabalho pastoral. “Lei e evangelho” foi a estrutura conceitual dentro da qual ele expôs a mensagem de Deus aos seus ouvintes. O campo de aplicação desta teologia não foi o círculo acadêmico, mas o trabalho pastoral. “Lutero nos AE aplica o artigo ‘primeiro e fundamental’, Jesus Cristo, às questões relacionadas à vida da igreja” (KOLB, 1988, p.129).

Na vida da Igreja, lei e evangelho estão claramente presentes na dinâmica da confissão e da absolvição. A confissão, bem entendida, nunca deve ser separada da absolvição. Os dois andam juntos, para Lutero faziam parte do mesmo (AE, Sobre a confissão, 1-3). Kolb faz uma observação muito boa a respeito do uso catequético da confissão e da absolvição em relação à vida da igreja:

Lutero continuou no próximo artigo com uma longa discussão sobre confissão e absolvição, onde a distinção apropriada entre a Lei e o Evangelho entra em jogo com a piedade do crente. Lutero

atacou fortemente o engano do schwärmer que ensinava que Deus dá seu Espírito à parte da Palavra falada externa e que eles são, portanto, capazes de julgar, interpretar e distorcer as Escrituras ou a Palavra falada de acordo com sua vontade. Isso coloca o poder nas mãos do pecador, não na Palavra de Deus, e Lutero se opôs a isso tão fortemente quanto se opôs à usurpação do poder sobre Deus e sua Palavra pelo papado. O papel vital que Lutero acreditava que a confissão e a absolvição deveriam desempenhar no cultivo do discipulado diário pode ser visto em suas palavras iniciais: “Desde a absolvição ou o poder das chaves, instituído por Cristo no Evangelho, é uma ajuda e um consolo contra o pecado e má consciência, confissão e absolvição não deve de forma alguma cair em desuso na igreja, especialmente por causa de consciências tímidas e jovens inexperientes que precisam ser examinados e instruídos na doutrina cristã (1988, p.133).

Como afirmado anteriormente, o evangelho faz sua obra por meio da graça:

Primeiro, pela palavra oral, na qual a remissão de pecados é pregada em todo o mundo, o que constitui o ofício próprio do evangelho. Segundo, por meio do batismo. Terceiro, por meio do santo Sacramento do altar. Quarto, pelo poder das chaves e também pela conversa e consolo mútuo entre os irmãos (AE, Sobre o evangelho).

Finalmente, é sabido que as Escrituras, como texto sagrado, não aparecem como meio de graça. Kolb argumenta que é “porque [Lutero] sabia que o Evangelho deveria alcançar as pessoas com sua voz viva” (1988, p.131-132).

Eclesiologia

A igreja é descrita resumidamente e de forma muito simples, tanto que uma criança de sete anos poderia saber: são os “santos crentes e ‘o rebanho que escuta a voz do seu pastor’ (Jo 10. 3)” (AE, Sobre a igreja, 2). As ovelhas ouvem uma palavra audível de um púlpito visível e dos lábios de um pregador ordenado do evangelho. A igreja é visível através dos atos ministeriais, da pregação e da administração dos sacramentos

realizados pelo ministério apostólico (HARDT, 1998, p.43). É por isso que “a verdadeira excomunhão cristã consiste em que pecadores manifestos e obstinados não devam se aproximar do sacramento ou de outra comunhão da igreja” (AE, Sobre a excomunhão).

A igreja medieval se concentrou acima de tudo na institucionalidade e nas questões estrangeiras e territoriais. Era antes um reino de César, uma elite social cheia de privilégios e adornada com uma santidade exterior. A eclesiologia de Lutero aparece indiretamente no artigo dez, em relação à teologia dos dois reinos. Lá ele rotulou os bispos romanos de “senhores e príncipes temporais”. Eles não estavam interessados em pregar, ensinar e administrar os sacramentos, “pior ainda, eles perseguiram o Evangelho e expulsaram aqueles que cuidavam devidamente dos crentes que lhes haviam sido confiados” (KOLB, 1988, p.134). Por isso as críticas ao papado são tão duras, porque é alguém que se opõe à voz do bom pastor Jesus, que fala à sua igreja através do evangelho.

Lutero afirma que onde está o evangelho (palavra oral e sacramentos) está a verdadeira igreja, porque ali está Cristo. Ele é o mesmo evangelho. A presença de Cristo no mundo ocorre em sua verdadeira igreja, e não fora dela. E esta presença é também sacramental: “o pão e o vinho da Santa Ceia são o verdadeiro corpo e sangue de Cristo” (AE, Sobre o Sacramento do Altar, 1). Os ímpios também recebem, porque a presença de Cristo é real e não é condicionada pela fé de quem participa. “Nem hierarquia de ofícios, nem piedade dos piedosos, mas a Palavra de Deus faz o sacramento” (ARAND, 2012, p.155). Além disso, Lutero se preocupava com a compreensão espiritualista do sacramento pelos sacramentários, por isso menciona que também é recebido pelos ímpios. Os sacramentários “espiritualizaram o sacramento e conceberam-no como representação simbólica de Cristo e não a sua presença real como meio de graça” (RUSSELL, 1995, p.107). Deus está presente também no batismo pela Palavra e pela água, por isso é “a palavra de Deus na água, ordenada por sua instituição” (AE, Sobre o batismo, 1). A igreja é definida como uma comunidade batismal, vivendo em constante arrependimento diário, lutando contra o pecado sob a orientação do Espírito Santo.

Ao descrever a igreja como “as ovelhas que ouvem a voz do pastor”, Lutero está dizendo que o centro e o coração da igreja é Cristo e sua Palavra oral, pregada e ensinada. Toda comunidade que se desprende de Cristo

e de sua Palavra deixa de ser igreja, como bem afirmam os AE, fazendo referência especialmente à igreja romana (AE, Sobre a Igreja, 3).

OS ARTIGOS DE ESMALCALDE E A FÓRMULA DE CONCÓRDIA

O *Livro de Concórdia* surgiu como um documento que não só buscou a unidade da fé nos territórios reformados na Alemanha, mas também “reuniu” duas posições conflitantes: os gnesio-luteranos, e os Filipistas. Nesse corpo de confissões, os AE encontram um equilíbrio a favor dos gnesio-luteranos, já que são um fiel testemunho da teologia de Lutero, com forte tom de confrontação e polêmica. Além disso, “vários teólogos evangélicos [subscritores da *agustana*] os haviam subscrito em 1537. Portanto, em 1580 os Artigos de Esmalcalde foram incluídos no Livro de Concórdia como uma coisa natural” (KOLB, 1988, p.118). Um fator importante na estima confessional dos AE foi a implementação do Íterim de Augsburg, que foi bem seguido pelos filipistas. Os gnesio-luteranos ficaram cada vez mais convencidos, especialmente durante e após as polêmicas sobre o provisório, também como em controvérsias posteriores com os Cripto-Calvinistas, que os artigos de Esmalcalde, e não a *Variata*, continham a exposição correta da Confissão de Augsburg (BENTE, p.63).

Os AE nunca tiveram uma aprovação pública como a Confissão de Augsburg ou outros escritos confessionais. Por outro lado, o eleitor João Frederico solicitou várias reimpressões após a morte de Lutero. Além disso, “foram usados pelos gnesio-luteranos contra os filipinos, foram importantes para Chemnitz, Andreae e Selnecker (compiladores do Livro de Concórdia)” (ZEHNDER, 2010, p.339). Kolb faz uma excelente observação:

Os artigos de Esmalcalde não eram apenas uma declaração de fé, mas um modelo ou conjunto de instruções sobre a melhor forma de confessar a fé em um ambiente público específico. Como tal, eles são um documento valioso para todos os seguidores de Lutero que desejam confessar o Evangelho em qualquer ambiente público. Porque revelam o centro e a direção de toda confissão: a redenção em Jesus Cristo (1988, p.117).

Um forte defensor dos AE como uma clara exposição bíblica da fé foi Amsdorf, como Zehnder menciona:

Amsdorf se recusou a comprometer o evangelho como ele o entendia. Ele empregou uma nova fórmula de ordenação na qual “o candidato se comprometia a ensinar o Evangelho de acordo com os Artigos de Esmalcalde de Lutero e a rejeitar o ensino zwingliano, anabatista e ‘anticristão-romano’”. A valorização de Amsdorf aos AE contra oponentes tão diversos parece mostrar sua estima pelo documento como um testemunho do puro luteranismo que não pode ser facilmente distorcido e usado contra os verdadeiros portadores da tradição cristã (2010, p.334).

Na Fórmula de Concórdia, os AE “serviriam para dois propósitos: fornecer uma identidade confessional claramente luterana e servir de testamento a Lutero” (HAGEN, 1987, p.253). Na Declaração Sólida da Fórmula de Concórdia, os AE aparecem como parte da “Exposição do breve fundamento, regra e norma segundo a qual todas as doutrinas devem ser julgadas [...]” (FCDS). O que significa ter incluído os AE lá? Eles reconheceram os AE como uma repetição da mesma doutrina da Confissão de Augsburgo, na qual alguns ensinamentos são explicados de forma mais extensa com suporte nas Escrituras e um documento testemunhal que expõe as razões pelas quais não é possível concordar com o papado (FCDS, Exposição do breve fundamento [...] 7). O que chama a atenção nessa menção, além de sua associação com a *Augustana* e a rejeição do papado, é o fato de verem os AE como um documento com forte respaldo bíblico. E isso teve grande influência na conformação e elaboração dos artigos da Fórmula de Concórdia, onde as Escrituras são constantemente citadas sobre a razão, a filosofia e os pais da igreja.

A seguir, será analisado o uso explícito que os confessores da Fórmula de Concórdia fazem dos AE:

Artigo I – Pecado Original

Lá, o seguinte é dito referindo-se os AE: “Em terceiro lugar, o que é esse mal hereditário e até onde ele se estende é algo que nenhuma razão humana conhece e entende, mas sim, como os AE dizem, tem que ser aprendido e acreditado através a revelação da escrita” (FCDS, Art. I, 8). Este artigo trata da controvérsia flaciana, que sustentava – influenciada talvez pela definição de pecado original dos AE – que a própria essência e

natureza do homem foram completamente corrompidas pelo pecado. Flacio tentou especular racionalmente, fora da escritura, chegando ao extremo, quase gnóstico, que toda a natureza humana se funde com o pecado, que são iguais. Nesse artigo, então, os teólogos da FC insistiram na diferença entre a natureza humana e o pecado original. Uma prova clara de que não são a mesma coisa é o fato de que Cristo se encarnou, assumindo uma natureza humana sem pecado. A encarnação mostra que a natureza humana e o pecado humano não são a mesma coisa.

Este artigo faz uso dos AE mais uma vez, esclarecendo que:

Pecado original significa propriamente a corrupção máxima da natureza humana expressa pelos AE, mas às vezes a pessoa ou objeto específico está incluído nesse termo, ou seja, o homem com corpo e alma, no qual ele existe e o pecado é inerente, e isso se deve ao fato de que o homem, por causa do pecado, é corrupto [...] (FCDS, Art. I, 52).

O homem é corrupto e pecador “por causa do pecado” e não por causa de sua própria natureza. Esta é a chave para entender corretamente o pecado original e não terminar em nenhum dos extremos apresentados no artigo.

Artigo II – Livre-Arbitrio ou Faculdades Humanas

Os artigos I (sobre o pecado) e III (sobre o arrependimento) da terceira parte dos AE são citados:

Nos Artigos de Esmalcalde (na parte que trata do Pecado), os seguintes erros relativos ao livre-arbitrio também são rejeitados: “O homem é o senhor de seu livre arbitrio para fazer o bem e se afastar do mal e vice-versa.” E mais tarde, o seguinte ensino também é rejeitado como um erro: “Na Sagrada Escritura não há registro de que a graça do Espírito Santo seja necessária para realizar uma boa obra”.

Também lemos nos Artigos de Esmalcalde (na parte sobre o arrependimento) o seguinte: “Este arrependimento dura até a morte do cristão: Porque, enquanto vivo, o arrependimento carrega uma luta contínua contra o pecado que ainda habita na carne, como o apóstolo

Paulo atesta ao afirmar que luta contra a lei de seus membros (Rm 7.23), mas não com as próprias forças, mas pelo dom do Espírito Santo, que é recebido após o perdão dos pecados. Esse dom limpa e nos liberta diariamente do resto do pecado e se esforça para purificar e santificar o homem (FCDS, Art. II, 33-34).

A citação que chama a atenção é sobre o arrependimento, uma vez que utilizam os AE para mostrar que o ser humano não tem a liberdade de escolher seguir a Deus uma vez regenerado, ou de permanecer sob a graça de sua própria escolha, mas sob a orientação do Espírito Santo. A vontade determinada, ou escrava, faz parte da essência teológica dos AE, como da teologia bíblica e de todas as confissões.

Artigo V – Lei e Evangelho

Por trás deste artigo, há uma preocupação pastoral dos confessores: misturar a lei e o evangelho, ou que o evangelho se transforme em lei, “porque com este se obscurece o mérito de Cristo e as consciências perturbadas são despojadas do mais doce consolo que têm no santo evangelho” (FCDS, Art. V, 1).

Os autores da Fórmula de Concórdia citaram a definição de lei e evangelho do terceiro artigo (sobre arrependimento) dos AE: “No Novo Testamento o ofício, o fim e a obra da lei são expostos e explicados: Revelando pecados e ira de Deus; no entanto, acrescenta imediatamente ao ofício da lei a consoladora promessa da graça divina para quem crê no evangelho” (FCDS, Art. V, 14). Enquanto Lutero não tratou lei e evangelho como um tópico particular dentro dos AE – como mencionei antes –, aqui os confessores fizeram um excelente resumo da própria definição de Lutero.

Artigo VII – Santa Ceia

Considerando as críticas de Lutero aos sacramentários e espiritualistas em relação ao sacramento, era de se esperar que os AE fossem usados para defender a posição luterana sobre a presença real de Cristo. Eles fizeram isso da seguinte maneira:

Quando os principais teólogos da Confissão de Augsburgo vieram de diferentes partes da Alemanha para se reunir em Esmalcalde e deliberaram sobre o que apresentar ao conselho sobre esta doutrina da igreja, por comum acordo os Artigos de Esmalcalde foram redigidos pelo Dr. Martin Lutero e assinado por todos os teólogos, coletiva e individualmente. Nestes artigos o significado verdadeiro e correto é explicado em palavras claras e breves que concordam exatamente com as palavras de Cristo, e todo subterfúgio e evasão dos sacramentários são excluídos. Pois estes, para seu próprio benefício, perverteram a Fórmula de Concórdia, ou seja, os referidos artigos de união, elaborados no ano anterior, declarando que com o pão se oferece o corpo de Cristo, juntamente com todos os seus benefícios, mas não de uma maneira diferente daquela oferecida pela palavra do evangelho, e que pela união sacramental nada pode ser entendido senão a presença espiritual do Senhor Jesus Cristo pela fé. Portanto, estes artigos declaram: “O pão e o vinho do sacramento são o verdadeiro corpo e sangue de Jesus Cristo, os quais são oferecidos e recebidos não só pelos verdadeiros crentes, mas também por aqueles que nada tem de cristãos, exceto nome” (FCDS, Art. VII, 17-19).

No mesmo artigo, é feita menção novamente aos AE quando é condenada a administração do sacramento em uma única espécie (FCDS, Art. VII, 110).

Artigo X – Adiáforas

Neste artigo da Fórmula de Concórdia, os AE desempenham um papel preponderante na esteira da ameaça de “romanização” das igrejas reformadas. Por esta razão, a posição clara de Lutero expressa nos AE a respeito do papado e da igreja romana é apelada:

Os Artigos de Esmalcalde (“Sobre a Igreja”) dizem o seguinte a esse respeito: “Não lhes garantimos que eles sejam a igreja e nem são eles. E não queremos ouvir o que eles mandam ou proíbem sob o nome da igreja. Pois bem, graças a Deus, um menino de sete anos sabe o que é a igreja, isto é, os santos, os crentes e ‘o rebanho que escuta a voz do seu pastor’ (Jo 10,3)”. E pouco antes (“Sobre Ordenação e Vocação”): ‘Se os bispos quisessem ser verdadeiros

bispos e se preocupassem com a Igreja e o Evangelho, poderiam ser autorizados, em virtude do amor e da união, mas não por necessidade, que ordenassem e confirmassem a nós e aos nossos pregadores, deixando, porém, todas as máscaras e fantasmagorias cuja essência e pompa não sejam cristãs. Mas uma vez que não são e não querem ser verdadeiros bispos, mas senhores e príncipes mundanos que não pregam, nem ensinam, nem batizam, nem dão a comunhão, nem querem realizar qualquer trabalho ou função da igreja e, além disso, perseguem e condenam aqueles que cumprem tal função em virtude de seu chamado, a igreja não deve ser deixada sem servos por causa deles.

E no artigo quarto os Artigos de Esmalcalde dizem: “Portanto, não podemos admitir como cabeça ou senhor em seu governo seu apóstolo, o papa ou o anticristo. Pois o seu governo papal consiste propriamente em mentiras e assassinatos, em corromper eternamente almas e corpos” (FCDS, Art. X, 19).

Eles citam as palavras mais duras de Lutero contra a igreja romana, onde o reformador destacou a mistura entre os dois reinos, acusando os romanos de se preocuparem mais com a própria instituição, do que em ouvir a voz do pastor Jesus. Por que eles citam isso e não a rejeição ou crítica de Lutero à Missa? Porque o pano de fundo deste artigo da Fórmula de Concórdia é a eclesiologia e não as próprias celebrações religiosas.

Os AE são citados na Fórmula de Concórdia como uma exposição clara das Escrituras, um eco delas e uma fonte confiável de sua doutrina. Da mesma forma, os confessores procuraram que suas formulações fossem um reflexo fiel da Palavra e uma fonte confiável de sua doutrina. Nunca houve uma tentativa de estabelecer algo novo, mas de permitir que Cristo e sua Palavra governassem a igreja.

CONSIDERAÇÕES

O eixo teológico central dos AE é a justificação pela fé, com ênfase no ato salvífico de Cristo. A obra do Cordeiro de Deus é o fundamento sobre o qual todos os artigos são construídos. Lutero realmente não confessa nada de novo, ele acrescenta à primeira confissão da igreja: “Jesus Cristo é o Senhor” (Rm 10.9).

Como pastores do rebanho de Cristo, nosso desafio é levar os cordeiros a ouvir o bom pastor. Entre tantas atividades e exigências da vida congregacional, facilmente esquecemos que nossa prioridade é proclamar a Palavra de Deus: lei e evangelho. Atividades e perguntas não relacionadas ao evangelho são desnecessárias. Planejamento, relatórios, reuniões, eventos, ocupam boa parte da agenda pastoral e congregacional. E nem sempre estão centrados na proclamação do evangelho. A estrutura eclesiástica ou congregacional pode se tornar um fim em si mesma. Os dois reinos tendem a se misturar facilmente, e a igreja geralmente se preocupa muito com questões terrenas, como a construção e manutenção de templos, salões ou edifícios. Os AE, bem como a CA, lembram da prioridade da agenda congregacional: que a igreja ouça a Cristo, que ele e nada mais, seja a coluna, o sustento e o alicerce da igreja.

Visto e considerando que Lutero escreveu os AE como um pastor preocupado com sua igreja, eles são um excelente material para compreender o caráter pastoral de Lutero. Lutero aborda do ponto de vista prático questões básicas da vida congregacional à luz do “artigo primeiro e principal”, sobre o que pode ser comprometido e o que não. Geralmente, há muita bibliografia que aborda os diferentes problemas da igreja desde uma psicologia pastoral e de uma perspectiva legalista. Os AE nos ensinam que todo bom pastor deve abordar todas as situações e problemas na vida da igreja a partir da lei e do evangelho, e que o objetivo final do cuidado pastoral é conduzir as ovelhas ao bom pastor Jesus.

Os AE, como os outros documentos confessionais, nos ensinam a confessar nossa fé, falar a verdade em um mundo “leve”, condenar o pecado e mostrar o amor de Deus. Não somos chamados a defender uma “cosmovisão cristã” e implementar uma “contracultura”, mas a confessar nossa fé em Cristo por meio da proclamação da lei e do evangelho. Isso envolve condenar o pecador e restaurar o perdido. Isso trará perseguição e inimigos. Nesse sentido, os AE nos chamam a sermos corajosos e não dizermos o que nossos adversários querem ouvir, mas a falar a verdade de forma dura e clara, assim como nosso Senhor fez. Mas também somos chamados a proclamar o evangelho consolador a tantas ovelhas que andam por aí sem pastor.

Pessoalmente, encontrei nos AE um documento com enorme profundidade teológica, que se encontra ao nível de outros documentos

confessionais como a CA, por expor as verdades bíblicas de forma clara. É por isso que os autores da Fórmula de Concórdia citam os AE como um claro eco do que dizem as Escrituras. Eu costumava recorrer à dogmática quando falava sobre um tema ou tópico, mas encontrei nos Artigos de Esmalcalde um verdadeiro tesouro doutrinal. E foi assim que os confesores da Fórmula de Concórdia viram essa confissão e testamento de Lutero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAND, Charles P.; KOLB, Robert; NESTINGEN, James A. *The Lutheran Confessions: History and Theology of The Book of Concord*. Minneapolis; Fortress Press; 2012.
- BAYER, Oswald. “Twenty Questions on the Relevance of Luther for Today”. *Lutheran Quarterly*. [s.ed.], v.XXIX, 2015.
- BENTE, Friedrich. *Historical introductions to the Book of concord*. [s.l.]; [s.ed.], 1964. Disponível em: <<https://bookofconcord.org/wp-content/PDFs/historicalintro.pdf>>. Acesso em: 12 nov.2021.
- EDWARDS, Mark U. Jr. “Luther’s Last Battles”. *Concordia Theological Quarterly*, Fort Wayne, Concordia Theological Seminary, v.47, n.1, 1984.
- FCDS – “Formula de Concordia, Declaración Sólida”. Em: MELÉNDEZ, Andrés (Ed.). *Libro de Concordia: Las confesiones de la Iglesia Luterana*. 2.ed. Saint Louis: CPH, 2000.
- HAGEN, Kenneth. “The Historical Context of the Smalcald Article”. *Concordia Theological Quarterly*, Fort Wayne Concordia Theological Seminary, v.51, n.4, 1987.
- HARDT, Tom. G. A. “The Ecclesiology of the Smalcald Articles”. *Logia*, Crestwood, Luther Academ, v.7, n.4, 1998.
- KOLB, Robert. “Luther’s Smalcald Articles: Agenda for Testimony and Confession”. *Concordia Journal*, St. Louis, Concordia Seminar, Apr.1988.
- KOLB, Robert. “We Stand: Confessing the Faith in Luther’s Footsteps from Worms to Smalcald”. *Concordia Journal*, Saint Louis, Concordia Seminary, Apr.2006.
- LUTERO, Martín. AE – “Los Artículos de esmalcalda”. In: MELÉNDEZ, Andrés (Ed.). *Libro de Concordia: Las confesiones de la Iglesia Luterana*. 2.ed. Saint Louis: CPH, 2000.

MATTES, Mark C. *Mockingbird Mini-Conference at Christ Church*. Pensacola, FL, 2010.

MELÉNDEZ, Andrés (Ed.). *Libro de Concordia: Las confesiones de la Iglesia Luterana*. 2.ed. Saint Louis: CPH, 2000.

RUSELL William R. *Luther's Theological Testament*. The Schmalkald Articles. Minneapolis: Fortress Press, 1995.

ZEHNDER, David J. "The Authoritative Status of the Smalcald Articles". *Concordia Theological Quarterly*, Fort Wayne, Concordia Theological Seminary, v.74, 2010.